



GOMES, Helder (Org.) *Especulação e lucros fictícios: formas parasitárias da acumulação contemporânea*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

João Pedro Pereira Vazquez ¹

O conteúdo da obra parte da inquietação de Paulo Nakatani e Reinaldo A. Carcanholo, no início da década de 90, perante as limitações interpretativas dos economistas marxistas diante da crise econômica desencadeada no final dos anos 60 e reforçada pela quebra unilateral do acordo de *Bretton Woods* por parte dos Estados Unidos da América (EUA). A partir disso, os autores apresentam uma perspectiva inovadora que busca expandir os limites do campo da economia política crítica com base numa abordagem dialética que entende que as categorias conceituais, assim como os fenômenos sociais, estão em processo contínuo de transformação, não sendo definições acabadas e passíveis de utilização em qualquer tempo e espaço.

Nakatani e Carcanholo entendiam que o termo capital financeiro era inapropriado à qualificação e à interpretação dos fenômenos que marcavam sua época, devido a sua imprecisão teórica advinda da tentativa de abarcar tanto distintas formas assumidas pelo capital a juros quanto as diversas modalidades especulativas que se originavam à época. Assim sendo, assumem a categoria marxiana de capital fictício enquanto eixo central das suas investigações a respeito da atual fase do capitalismo e suas crises, fundamental para o lançamento de suas contribuições teóricas como o conceito de capital especulativo parasitário e de lucros fictícios.

Em síntese, o livro consiste numa coletânea de artigos de autores que propõem um aprofundamento teórico em busca de investigar a característica fundamental do atual estágio do capitalismo, isto é, de acordo com a nomenclatura teórica dos escritores, a dominação do capital especulativo parasitário sobre todas as demais formas de capital. Além dos dois autores, a obra conta com a participação e as reflexões críticas de François Chesnais, Maurício Sabadini, e Helder Gomes, organizador do livro.

No primeiro capítulo intitulado “O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização”, Carcanholo e Nakatani realizam uma exposição sobre a arquitetura teórica do pensamento marxiano. A trajetória conceitual parte do “capital” em Marx, seguido pelo seu nível mais concreto do “capital industrial”, ao longo de uma explicação a respeito das formas funcionais do capital e sua conseqüente autonomização, passando pelo “capital fictício”, acompanhado por uma breve menção sobre o “capital financeiro”, para chegar ao conceito de capital especulativo e capital especulativo parasitário.

O capital especulativo parasitário é o próprio capital fictício quando ultrapassa os limites suportados pela reprodução do capital industrial, comprometendo a sua lógica de acumulação. Ele

(1) Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: jpvazquez@hotmail.com.

varia sem depender do movimento do valor do capital real que representa enquanto título jurídico (demonstrando seu teor especulativo), além de não produzir ou colaborar na produção de mais-valor ao passo que se apropria continuamente do excedente que seria direcionado para o capital industrial (demonstrando seu teor parasitário), ou seja, exerce dominância sobre o capital produtivo.

O capital industrial, que cumpre a mesma carga conceitual de “capital”, mas num menor nível de abstração e entendido como síntese global da circulação de três formas autônomas de capital (o capital a juros, o capital produtivo e o capital comercial), é dominado pelo capital produtivo e é dominante sobre o capital fictício. A partir do processo de financeirização da economia, essa lógica se transforma: o capital industrial se torna capital especulativo, síntese das mesmas formas funcionais, mas agora dominado pelo capital especulativo parasitário, ainda que esse esteja fora dele, uma vez que não é uma forma funcional (por não exercer nenhuma utilidade ao lado e/ou para o capital produtivo), apenas se remunera parasitariamente.

Em “O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro” – segundo capítulo – Reinaldo Carcanholo afirma que a remuneração fictícia do capital especulativo parasitário acentua a contradição entre produção e apropriação dentro da sociedade capitalista. Tal remuneração permite a valorização, ampliação e acumulação do capital especulativo parasitário, ainda que esbarre em certos limites. Isso porque parte dos ganhos especulativos se dirige à compra de ativos reais, fator que atenua a contradição (ainda que residualmente); no entanto, esse aumento de ativos reais pode ser mero reflexo da valorização fictícia de seus preços, fruto da própria especulação. A discussão gira em torno da sustentação por parte do autor da existência de um processo de desmaterialização do equivalente geral e do dinheiro como resultado do desenvolvimento e domínio do capital especulativo parasitário.

No terceiro capítulo nomeado “Capitalismo especulativo e alternativas para América Latina”, apesar de Carcanholo e Nakatani reconhecerem a importância da contradição entre propriedade e gestão do capital, os autores afirmam que a contradição principal do capitalismo especulativo é entre produção e apropriação do excedente capitalista, assim como abordado inicialmente no capítulo anterior. Embora capital especulativo parasitário se apresente enquanto real a partir de um ponto de vista individual (uma vez que gera valorização e rendimento ao possuidor de títulos e ações), ele é fictício de um ponto de vista social global, por não contribuir na criação de mais-valor e por ser desprovido de substância (ou seja, não há riqueza suficiente para materializar todo capital fictício). Essa dialética fictício-real indica a importância da contradição entre produção e apropriação do excedente.

Os autores sustentam que a ampliação da exploração capitalista sobre o trabalho e o aumento das transferências de valor da periferia para o centro são fatos necessários, mas não suficientes para explicar como a estrutura do capitalismo especulativo se manteve apesar do contínuo direcionamento de novos capitais das esferas produtivas para as esferas especulativas, dentro de um cenário em que o capital produtivo apresentava limitações a sua expansão. Eles propõem que os lucros fictícios (ou seja, aqueles constituídos pela valorização especulativa de diversos tipos de ativos e pelo crescimento da dívida pública dos Estados) podem fazer parte de uma transferência do não capital (setores médios rentistas/especulativos) para o capital, transformando-se em lucros reais. Portanto, os lucros fictícios, ainda que não tenham origem na exploração, possivelmente, por consequência disso, podem desempenhar um papel contrariante da tendência à queda da taxa de lucro.

Na parte final do capítulo, sugestões propositivas de medidas a serem tomadas em um cenário de crise revolucionária são apresentadas. Frisando a necessidade de se observar as condições históricas (e não meramente uma elaboração em abstrato), Carcanholo e Nakatani destacam a necessidade de reforma do sistema financeiro e suas instituições com o intuito de suprimir o capital especulativo parasitário, com medidas como: desvalorização da massa de capital fictício, transformação das reservas bancárias em depósitos compulsórios dos bancos no Banco Central, acirramento da concorrência interbancária por parte de bancos estatais por meio da redução da taxa de juros e serviços bancários, gradativa extinção das bolsas de valores, entre outras medidas.

Maurício Sabadini e Reinaldo Carcanholo dissertam melhor sobre o conceito de lucros fictícios em “Capital fictício e lucros fictícios”, o quarto capítulo. Os lucros fictícios são aqueles oriundos da valorização especulativa de ativos físicos e/ou financeiros. Assim como o próprio comportamento do capital fictício, tais lucros somente formam lucros verdadeiros do ponto de vista individual, uma vez que o lucro oriundo da valorização especulativa do preço dos ativos pode ser convertido em dinheiro pelo especulador; ao passo que não constituem lucros reais do ponto de vista da totalidade social porque, ao não terem o mais-valor como fundamento de sua realidade substantiva, seus ganhos fictícios variam e podem se perder por causa das oscilações especulativas dos ativos. Sabadini e Carcanholo reforçam que, da perspectiva da totalidade, uma ascensão especulativa da bolsa gera um incremento no total de capital especulativo parasitário, resultando em um aumento dos lucros fictícios. Aqui não importa quais *players* ganham ou perdem com as altas e baixas da bolsa de valores, isto é, não importa a distribuição entre os especuladores do capital fictício, questão que se insere no debate do próximo capítulo.

No quinto capítulo – “O capital fictício e suas formas: lucros de fundador, diferencial e fictícios” – Sabadini dá destaque especial ao exame do conceito de lucros diferenciais de Hilferding e sua relação com lucros fictícios e a teoria do valor-trabalho de Marx. Os lucros diferenciais de Hilferding se referem aos lucros auferidos das diferenças da variação dos preços dos títulos (aumento/queda, compra/venda). O lucro diferencial de Hilferding indica uma relação de ganhos e perdas, em que há uma soma zero, dando primazia a uma redistribuição entre os indivíduos especuladores, portanto, baseando-se numa microperspectiva de análise. Já os lucros fictícios estão relacionados com o conjunto do mercado, avaliando uma alta/baixa na bolsa de valores, o que significa um(a) aumento/baixa nos preços das ações, isto é, um(a) crescimento/diminuição do volume de capital fictício e, por conseguinte, dos lucros fictícios, adotando, portanto, uma macroperspectiva de análise, a partir da totalidade.

O autor defende que não se fere a teoria do valor-trabalho de Marx por apontar que há lucros (fictícios) advindos da esfera financeira, que são lucros reais somente do ponto de vista individual, sem origem direta do mais-valor, como algumas críticas àqueles que dão importância ao aspecto especulativo do capital clamam. Segundo Sabadini, há uma reafirmação da teoria e sua conseguinte radicalização: o autor sustenta que o movimento do capital fictício e dos lucros fictícios acirra ainda mais a contradição entre produção (social) e apropriação (privada) da riqueza social, uma vez que esse movimento se baseia em riqueza fictícia que não se fundamenta em substância valor-trabalho. Nesse sentido, com base em uma análise dialética da teoria valor-trabalho, o entendimento da dinâmica global do capital somente se faz satisfatória mediante a consideração das duas dimensões da riqueza, tanto seu aspecto de totalidade/essência quanto de individualidade/aparência, visto que essa não pode ser desconsiderada do conjunto interpretativo da dinâmica capitalista. Por fim, o autor

reforça a natureza contraditória dos lucros fictícios, já que não se sustentam enquanto processo de criação de riqueza global associada ao trabalho.

Em “O fim de um ciclo: alcance e curso da crise financeira”, o sexto capítulo, François Chesnais apresenta um panorama mais concreto de análise acerca da crise financeira do capitalismo contemporâneo, apresentando sua trajetória histórica e abordando os elementos e mecanismos financeiros responsáveis pela criação das contradições da esfera especulativa e o desencadeamento da crise de 2008.

Ao longo dos anos de 1998 e 2002, nos EUA, consolidou-se o regime de governança corporativa, que faz do valor acionário o objetivo prioritário das empresas. Tal valor acionário não apenas exige uma repartição dos lucros que priorize os dividendos, como também exige a manutenção de altas cotações na bolsa. Nesse processo, grupos industriais passaram a comprar suas próprias ações, endividando-se no mercado de empréstimos.

Ao que tange às crises financeiras, Chesnais aponta que uma bolha especulativa se origina de processos que estimulam a ideia de boa colocação de bens patrimoniais (títulos financeiros, apartamentos ou casas, etc.) a serem comprados e posteriormente revendidos com seguridade e rentabilidade. Assim que esse convencimento coletivo se consolida (sempre por meio do efeito manada), inicia-se uma valorização especulativa dos ativos, ou seja, uma ascensão de preços dos ativos envolvidos. Quando se trata de títulos e ações de empresas, esse cenário se prolonga até que haja uma mudança conjuntural (podendo envolver ritmo lento da resposta dos investimentos, ausência de demanda/consumo ou choque externo) que force os especuladores a se desfazerem de seus títulos.

O autor endossa a noção de que o capital fictício (na forma concreta dos títulos e demais ativos financeiros) não é capital do ponto de vista social global, sendo somente capital para seus investidores, do ponto de vista individual. No entanto, Chesnais critica Carcanholo e Nakatani por desacreditar que os lucros fictícios conformam um fator poderoso que veio contrariar a tendência à queda da taxa de lucro. Segundo ele, esse fator deve ser buscado na taxa de exploração ou o preço dos elementos do capital constante.

Por último, Paulo Nakatani e Helder Gomes expõem como o capital especulativo parasitário se recuperou da crise de 2008 por meio da intervenção estatal, restaurando os níveis dos estoques de riqueza fictícia anteriores a 2007.

Ronald Reagan promoveu uma política econômica que gerou uma enorme massa de capital monetário oriundo do pagamento de juros sobre a dívida externa. Uma quantia considerável dessa massa de moeda se tornou capital real, responsável pelo significativo crescimento econômico dos EUA e dos “tigres asiáticos”. Em paralelo, esse processo acompanhou, nos países da periferia do sistema, uma estagnação econômica e um recrudescimento da desigualdade distributiva de renda e riqueza, sendo relegados à adoção de políticas econômicas que intensificavam esse cenário como a desregulamentação e liberalização dos mercados (de bens, de serviços, de crédito e especulativo), a privatização de estatais, as vantagens para ingresso de capital estrangeiro, etc. Dito isso, desde os anos 80, o acelerado processo de centralização do capital vem reduzindo a necessidade de financiamento e aumentando a quantidade de dinheiro disponível para o sistema internacional de crédito.

Dessa forma, a superacumulação de capital contribuiu com o aumento do capital monetário para além das necessidades da acumulação do capital produtivo, sem contar com o já elevado volume de recursos disponíveis a nível internacional. Segundo Nakatani e Gomes, o que se apresenta enquanto falta de dinheiro no mercado (insuficiência de liquidez), na realidade é o seu oposto, isto é, excesso de capital na esfera do capital industrial, característico de uma crise de superacumulação. Esse panorama propiciou um ambiente favorável para que essa massa de recursos se direcionasse à valorização especulativa, aquela descolada da acumulação real direta, provendo o crescimento do capital fictício.

A recomposição do capital fictício após a crise de 2008 contou com auxílio crucial dos Estados nacionais. Os autores destacam que o capital fictício na forma de títulos da dívida pública interna manteve um crescimento contínuo dentro de uma amostra de 35 países, entre 2005 e 2011, analisando o papel fundamental que a dívida pública exerce como salvaguarda da valorização especulativa. Além disso, é demonstrado como houve uma expansão da base monetária tanto dos EUA quanto da União Europeia, com objetivo de salvar grandes bancos e instituições financeiras. De forma semelhante, após a expansão das finanças e das políticas neoliberais, a função das reservas internacionais acumuladas pelos Estados parte de uma garantia às importações para a defesa nacional perante ataques especulativos.

Em síntese, a obra representa uma significativa contribuição para o debate acerca da financeirização do capital e seus impactos sobre a totalidade social, dispondo de um instrumental teórico rico para um enquadramento crítico acerca da dinâmica do capital fictício e suas principais contradições. A elaboração dos conceitos de capital especulativo parasitário e de lucros fictícios instigam a discussão dentro da economia heterodoxa, no geral, e na teoria marxista, em particular, a respeito da adequação teórica dos conceitos marxianos às transformações ocorridas na realidade, circunstância propicia a gerar ricos debates, travados entre posições contrárias e favoráveis a atualizações conceituais. Esse livro cumpre o papel de fomentar esse debate que deve se inserir no bojo do pensamento crítico que seja comprometido a investigar a financeirização e a dinâmica do capitalismo contemporâneo.